Cidade documento: as cidades como fontes para a escrita da história

Rodrigo Silva

Museu Paulista da Universidade de São Paulo

City-document: cities as source for the writing of history

Resumo

Este trabalho procura fomentar a discussão a respeito do emprego das cidades e suas representações como documentos para o estudo da história. Recorrentemente as cidades e suas representações são enclausuradas no universo da história urbana ou de uma suposta história das cidades. Tal procedimento desconsidera a importância e a riqueza que as próprias cidades representam para o estudo da história, em suas mais diversas vertentes, temáticas e recortes. Também não se pode circunscrever o emprego das cidades como documento às discussões da cultura material: a materialidade é de fundamental importância, ainda que recorrentemente escanteada nas pesquisas históricas; entretanto, o emprego das cidades como documento, por serem elas objetos de gigantesca complexidade, implica uma abordagem que transite entre distintos suportes, temporalidades, grupos sociais, culturas. É justamente nessa amplitude – e nos desafios metodológicos implicados – que reside a riqueza do emprego da cidade-documento.

Palavras chave: Cidades; História urbana; Metodologia da história; Redes; Jogos de escala.

Abstract

This work seeks to foster the debate about the use of cities and their representations as documents for the study of history. Recurrently cities and their representations are kept within the world of urban history or of a supposed history of cities. Such procedure ignores or neglects the importance and richness that cities themselves offer to the study of history in its various aspects, themes, cutouts. Furthermore, limiting the use of cities as document to the discussions of material culture does not exhaust their potential as a source for historians. Materiality is of fundamental importance, even though it is recurrently underestimated in historical research; however, the use of cities as document implies, for their being objects of enormous complexity, the adoption of an approach that transit between different media, temporalities, social groups, cultures. It is precisely in this range – and in methodological challenges involved – that lies the richness of the use of city-document.

Keywords: Cities; Urban history; Methodology of history; Networks; Scale games.

* Este trabalho, em formato reduzido, sem ampliações e revisões, foi apresentado no XXIII Encontro Estadual de História da Anpuh-SP (SILVA, 2016).

A emergência de um objeto, emergência de um tema

Na década de 1920, dois eventos distintos e distantes geograficamente um do outro – mas intimamente relacionados – criaram o substrato essencial para uma profunda reformulação dos estudos sobre a cultura e o desenvolvimento tecnológico da espécie humana.

No extremo norte das ilhas britânicas, em Orkney, após uma intensa borrasca, uma suave escarpa às margens do Mar do Norte teve sua superfície literalmente arrastada às águas. Debaixo da camada de sedimentos, revelou-se um aglomerado de estruturas de pedra em formatos circulares.

Os tais círculos, construídos em pedra tosca, apresentavam aberturas laterais e, em seu interior, possuíam uma gama curiosa de objetos, os quais aparentavam ser ferramentas e equipamentos domésticos (BRYSON, 2011, p. 43).

O conjunto passou a ser conhecido como Skara Brae, e para elucidar sua natureza foi chamado um acadêmico recém-admitido na Universidade de

Edimburgo, o australiano Vere Gordon Childe. Embora Childe ocupasse um cargo de arqueólogo na universidade, ele era conhecido pela sua pouca intimidade com o campo e as atividades de escavação e interpretação de sítios arqueológicos *in loco*. Apesar dessa característica, o acadêmico não apenas produziu uma consistente interpretação de Skara Brae, como colaborou profundamente para a consolidação da interpretação a respeito do surgimento da cultura e do desenvolvimento tecnológico de nossa espécie. Vale dizer que conceitos como “revolução neolítica” se devem profundamente à organização do campo de conhecimento promovida por Childe.

Skara Brae é, essencialmente, uma aldeia do neolítico. Sua construção e existência se localizam entre os anos de 3000 e 2500 antes da Era Comum. No mesmo período em que se revelava o assentamento neolítico nas Órcades, na Palestina, uma arqueóloga da Universidade de Cambridge obtinha resultados igualmente surpreendentes em suas escavações. Trabalhando no final da década de 1920 na região do Monte Carmelo, Dorothy Garrod descobriu o que passou a ser conhecida como

“cultura natufiana” – assim como Skara Brae, um assentamento do neolítico.

Contudo, a ocupação natufiana datava de alguns milhares de anos antes do sítio das Órcades. A cultura natufiana foi, entre outras coisas, responsável pela criação da cidade de Jericó, a qual, ainda hoje, disputa o posto de cidade mais antiga do mundo (MITHEN, 2005, p. 48-55). Disputa, pois aproximadamente duas décadas depois, em 1958, na Anatólia, Turquia, outro arqueólogo britânico, James Mellaart, descobriu outro assentamento impressionante, o qual passou a ser conhecido como Çatalhöyük (MITHEN, 2005, p.108; BRYSON, 2011, p. 57). A Jericó e Çatalhöyük se juntou, ainda, Abu Hureyra, outra cidade milenar do neolítico no “crescente fértil” (MITHEN, 2005, p. 56-61).

Apesar da discussão entre os arqueólogos sobre como conceituar tais assentamentos – grandes aldeias ou cidades –, não é essa a questão que nos interessa. De modo geral, o que nos importa são dois elementos: um do campo do fenômeno em si, outro da interpretação do fenômeno.

A primeira questão é que, independentemente da conceituação dos arqueólogos, todos esses assentamentos testemunham o surgimento do urbano.

A segunda questão é que trazer à luz esses achados e as pesquisas a respeito deles deu novo ímpeto e nova força aos estudos sobre as cidades na trajetória humana, assim como às cidades como objeto de interesse e investigação.

De outro lado, no campo do urbanismo, da economia e do planejamento urbano, o período de meados do século XX também foi marcado pela emergência da cidade como objeto de estudo e, sobretudo, de preocupação (MUMFORD, 1964). Pela primeira vez na história, a humanidade passava a ser essencialmente urbana e majoritariamente cidadina, e isso não apenas trazia consigo uma infinidade de implicações culturais, econômicas, políticas, mas também se tornava um imenso problema a ser resolvido (o qual ainda está posto).

Nos campos da geografia e da história, o estudo das cidades possui trajetórias muito mais longas, tão longas quanto a existência das próprias disciplinas – mesmo considerando todas as suas transformações no decorrer dos séculos, mesmo tomando as especificidades de cada tempo e cultura no tratamento delas. A respeito dessas trajetórias não cabe aqui discorrer, mas é importante, para nosso objetivo, fazer algumas considerações sobre a relação da história com as cidades.

História e cidades, história das cidades, e as cidades na história

Se na arqueologia e no urbanismo o fenômeno urbano, mais do que a preocupação com cidades específicas (coisa que a arqueologia romântica do século XIX explorou incansavelmente, como em Tróia, Minos, Atenas etc.), ganha maior exposição e se torna tema premente, no campo da história podemos dizer — sem medo de errar terrivelmente — que, em meados do século XX, ocorrem dois fenômenos.

O primeiro deles, mais ancestral, é algo trivial: a própria natureza do conhecimento histórico, da preocupação com a história enquanto disciplina e suas sucessivas organizações, é inseparável da emergência das cidades. Podemos avançar na análise e dizer que as cidades são dependentes — ao menos em parte — do estabelecimento e da organização da disciplina histórica e que, em retorno, a história é essencialmente uma forma de conhecimento urbano, ainda que se debruce sobre os mais diversos temas; inclusive os agrários (CERTEAU, 2013; BRAUDEL, 2007; LE GOFF, 1996).

É bastante sintomático que os preciosos trabalhos de Jacques Le Goff (*História e memória*, 1996), Fernand Braudel (*Escritos sobre história*, 2007), Marc Bloch (*Apologia da história*, 2002) e Michel de Certeau (*A escrita da história*, 2013) — todos eles dedicados às reflexões sobre o caráter, as dinâmicas, as diversidades da disciplina — tenham como pano de fundo as cidades, seus homens e suas instituições.

Também é digno de nota o fato de, por outros caminhos e com outros objetivos, Francisco Murari Pires (em seu *tour de force* a respeito das obras dos antigos e dos modernos — 1999, 2007), Carlo Ginzburg (em *Mitos, emblemas e sinais*, 2003; *O fio e os rastros*, 2011; *Olhos de madeira*, 2009; *Relações de força*, 2002, etc.), François Hartog (*Os antigos, o passado, o presente*, 2003; *Regimes de historicidade*, 1996) e Reinhert Koselleck (*Futuro, passado*, 2006) jamais terem se desgarrado do cenário urbano, escolhendo, via de regra, seus agentes e personagens — Heródoto, Tucídides, Cícero, Tito Lívio, Maquiavel, Michelet, Ranke, Niebuhr — como protagonistas da construção, e construções, da escrita da história. Apesar da diversidade, aquilo que passou a ser compreendido como “regimes de

historicidade” são majoritariamente regimes de pensamento e ferramentas de organização social urbanas. Se estes autores discordam em diversos aspectos do fazer-se da escrita da história e seus conceitos, métodos e paradigmas, parecem – ainda que de modo subjacente – não discordar sobre o ambiente onde estas discussões ocorrem e mais, onde fazem sentido (nas cidades). Se mais não houvesse, bastaria isso para supormos que a relação entre ambas – a história e as cidades – é visceral.

O segundo fenômeno, que em parte é corolário do primeiro, se refere à íntima relação que a historiografia moderna estabelece com as cidades. Sem desejar entrar na vasta discussão a respeito do aspecto (ou representação) das cidades medievais, o fato é que a interpretação da transição da Idade Média para a Modernidade é marcada grandemente pela ênfase na ascensão do

urbano e no deslocamento das cidades, principalmente das eminentemente mercantis, para a posição de protagonistas da história. Destaquem-se os trabalhos de caráter profundamente simpático às cidades do medievo de Jacques Le Goff (como *Por amor às cidades*, 1998) e a monumental obra de Johan Huizinga (*O outono da Idade Média*, 2011).

Novamente não se trata, aqui, de discutir a efetividade das proposições a respeito do protagonismo ou não das cidades, do ineditismo histórico ou não da situação, do caráter agrário do medievo ou das sucessivas camadas interpretativas construídas por Clio no decorrer dos séculos. O fato em relevo é que, quase que simultaneamente aos processos e eventos, a escrita da história fabrica/incorpora essa tese – da emergência do urbano –, a qual se tornou vastamente dominante na historiografia. Difícil identificar o quanto a

Novamente não se trata, aqui, de discutir a efetividade das proposições a respeito do protagonismo ou não das cidades, do ineditismo histórico ou não da situação, do caráter agrário do medievo ou das sucessivas camadas interpretativas construídas por Clio no decorrer dos séculos. O fato em relevo é que, quase que simultaneamente aos processos e eventos, a escrita da história fabrica/incorpora essa tese – da emergência do urbano –, a qual se tornou vastamente dominante na historiografia. Difícil identificar o quanto a história e a historiografia, nesse contexto, devem uma à outra na construção de uma “percepção do mundo”.

história e a historiografia, nesse contexto, devem uma à outra na construção de uma “percepção do mundo”.

Também não é desprezível que a ideia de ressurgimento e renascimento esteja tão intimamente ligada à emergência das cidades mercantis (ambos os aspectos fundamentados na narrativa construída quase que sincronicamente). A medievalidade é, nessa chave, relacionada ao agrário, ao rural, e a uma série de outras características construídas em oposição ao urbano.

Assim, na historiografia (mas também nas narrativas outras, inclusive nas ficcionais), as cidades rumam ao papel de protagonista para não mais saírem de cena. Um dos temas caros ao pensamento ocidental nos séculos seguintes será, justamente, o contraponto, a oposição, a complementariedade ou incompatibilidade entre o campo e a cidade – na historiografia e na literatura, declaradamente ou não.

Desde uma obra que leva em seu título – e restou inacabada pelo próprio autor – *A cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz (1901), até um clássico da literatura russa, *Pais e Filhos*, de Ivan Turgueniev (2011), no qual o campo (ignorante, mas familiar e seguro) se opõe à cidade (local do saber, da contestação, mas sem apego,

sem fidelidade, sem constância), a contraposição entre as cidades e os campos será um *leitmotiv*.

Na produção historiográfica europeia, então, os exemplos são vastíssimos e vão desde os trabalhos lapidares dos *Annales*, até obras fundamentais do grupo da *New Left Review* inglesa – como os dois volumes do clássico *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Thompson (2001a; 2001b), no quais a transição entre a servidão/previsibilidade/constância do campo é operada em contraposição à liberdade/incerteza/inconstância do urbano. Ainda entre os ingleses, há o notável trabalho de Raymond Williams (2011), *O campo e a cidade*, no qual ele faz uma longa incursão pelo tema na literatura.

Então, ainda que não estivesse nomeada uma *história das cidades* ou uma *história urbana*, podemos dizer que parte substancial da literatura ocidental a partir da modernidade é uma história *de* cidades, senão uma história *nas* cidades.

A cidade-objeto e o surgimento de uma história urbana

Nas décadas de 1970 e 1980, também

se reuniram — com ênfases e eficiências bastante distintas — diversas obras sob a série *A vida cotidiana*¹. Além de obras de caráter mais amplo — como *Os deuses gregos*, por Marcel Detienne e Giulia Sissa (1990); *Os homens da Bíblia*, de André Chouraqui (1990); *O Egito no tempo de Ramsés*, de Pierre Montet (1989); e *Índios e jesuítas no tempo das missões*, por Maxime Haubert (1990) —, a coleção se notabilizou por tentar retratar determinados contextos de tempo e espaço, mas associados profundamente às cidades.

Viena no tempo de Mozart e de Schubert, de Marcel Brion (2001), é um dos volumes que compõem a série. À definição

1 Em verdade a coleção *A vida cotidiana* [La vie quotidienne] não foi um projeto editorial para o qual autores foram convidados a produzirem textos originais. Ao menos não sempre. Diferentemente da *História da vida privada* (1985), da *História da França urbana* [Histoire de la France urbaine, 1981], e mesmo da trilogia coordenada por Jacques Le Goff — *História novos objetos* (1986), *História novos problemas* (1986), *História novos métodos* (1986) —, *A vida cotidiana* foi essencialmente um trabalho de curadoria, ou de editoria se preferirmos. Autores com trabalhos recém-produzidos na ocasião, como no caso de Detienne e Sissa, foram reunidos a autores já veteranos, como Pierre Montet, egiptólogo de uma geração de historiadores franceses pré-Annales. Apesar dessa diversidade de estilos, de métodos, de temas e de abordagens, a coleção conseguiu, minimamente, equalizar os trabalhos ao redor de uma descrição do cotidiano. As problematizações, típicas de obras mais acadêmicas, foram colocadas em segundo plano em favor de textos mais fluidos e voltados para a difusão entre um grupo intermediário de leitores — nem completamente leigos, nem absolutos especialistas. Essa diversidade de temas, métodos e autores, ou, ainda, a ênfase na descrição do cotidiano, em nada altera o fato de serem obras que empregam e instrumentalizam as cidades como delimitação espacial/cultural e, no mais das vezes, como cenário.

de um tempo — a vida de Schubert e Mozart, algo entre 1756 e 1828 — soma-se uma delimitação espacial (Viena); contudo, e apesar da frequência de cidades nos títulos, os estudos operam justamente com o emprego das mesmas como “cenário” de um “cotidiano”, esse sim protagonista das obras. Procedimento similar encontramos em Otto Friedrich (1993), em *Olympia, Paris no tempo dos impressionistas*; em Jacques Wilhelm (1988), em *Paris no tempo do Rei Sol, 1660-1715*; e em Paul Zumthor (1989), em *Holanda no tempo de Rembrandt*.

A somatória de tempo e espaço, no final, serve muito mais à expectativa de oferecer ao leitor um ambiente cultural, uma “era”, do que de se estudar as cidades e de compreendê-las em suas diversas camadas. Esse corte indica a proeminência daquilo que passou a se chamar de “história do cotidiano” — e seus vários desdobramentos, como a *História da vida privada* — nas décadas de 1970 a 1990. Corrente que rendeu bons trabalhos, mas que — é necessário ressaltar — deveria nos alertar também para o gosto demasiado pelas modas, pela multiplicação da fragmentação

dos problemas e dos objetos de estudo da história.

Na extensa obra *História da França urbana* (DUBY, 1981) — a qual reuniu parte significativa dos historiadores franceses na década de 1980 — há a reiteração de determinados pressupostos, os quais, de fato, são dificilmente abandonáveis. Esses pressupostos compõem a viga-mestra da obra coletiva e tocam tanto a esfera da teoria quanto a dos métodos. Ou seja, são proposições que sugerem um conjunto de procedimentos para a história das cidades e para a história urbana.

O primeiro deles reconhece que o termo cidade, por convenção, abarca uma significativa gama de entes, distintos no espaço, no tempo e nas culturas. Como vimos, tanto Çatalhöyük, Abu Hureyra, Jericó, a Florença do ressurgimento ou São Paulo dos anos 1920, são tratadas igualmente como “cidades” pela nossa literatura. E não cremos haver outra possibilidade senão essa, ao menos para uma primeira aproximação com nossos objetos. Essa equalização de entes distintos e singulares compõe quase que de modo inescapável uma

das operações do saber histórico, conforme tratou exaustivamente Francisco Murari Pires (1999; 2007).

Em uma segunda aproximação, mais aguda, cabe, porém, não apenas reconhecer essas singularidades, mas também operacionalizá-las, colocá-las em perspectiva. Afinal, o conhecimento científico opera justamente no espaço que separa os limites da singularidade absoluta e da invariabilidade regular.

A segunda proposição fundamental da obra francesa é a da complexidade do objeto. As cidades são estruturas extremamente complexas (DUBY, 1981), compostas por inúmeros elementos, grupos, movimentos, espaços, mentalidades etc., que podem cada um deles ser analisado em separado. As cidades não são entes monolíticos, homogêneos, unidimensionais. Sobre esse tocante voltaremos adiante.

A terceira proposição diz respeito ao tempo. Como objetos complexos, compostos por inúmeros elementos, a cidade não é captável como um todo senão em uma espécie de instantâneo, uma fotografia, a qual pode tomar o todo — e diminuir a ênfase no detalhe —

ou tomar a parte, a cena, em detrimento do todo. Tanto a parte quanto o todo serão válidos enquanto registro de um momento, no qual estão insinuados tanto os movimentos passados quanto os futuros.

Essas três reflexões compõem a base analítica da História da França Urbana e, sem que tenham, em conjunto, a pretensão de manifesto, representam, certamente, um programa de trabalho.

Importante notar que tanto na Europa (Inglaterra, Alemanha e Itália) quanto nos Estados Unidos, outras linhas ou correntes de pensamento sobre as cidades se desenvolveram igualmente no decorrer do século XX, o que denota a percepção ampla da importância do “problema urbano”. É particularmente significativa a influência que a chamada “escola de Chicago” (de caráter essencialmente sociológico) exerceu nos estudos urbanos no século XX. O relevo dado aqui à produção francesa, embora não se restrinja rigorosamente aos autores franceses, se deve à presença e aos desdobramentos dessa matriz (com suas metodologias, preocupações, recortes, temáticas) na produção historiográfica brasileira.

Sem que sejam trabalhos de *história urbana*, ou mesmo de *história das cidades*, algumas obras surgidas nas últimas décadas do século XX também propuseram um emprego/abordagem das cidades que foge do contraponto *história problema/recorte X cidade cenário*. Nessas obras, as cidades surgem como uma grande colmeia, povoada por milhares de indivíduos/eventos mas, ao mesmo tempo, íntegras, portadoras de uma existência própria. Milhares de eventos ocorrem simultaneamente, milhares de indivíduos a povoam, cada evento e cada ser é passível de uma análise, de uma investigação particular e específica; contudo, isso não anula nem reduz a colmeia. Ela é o todo e cada parte – inclusive com seus paradoxos, incoerências, idiossincrasias – lhe pertence.

Carl Schorske (1990) produziu trabalho lapidar sobre Viena – ainda que o prefácio, brilhante, seja mais conhecido e lido que a obra *Viena fin de siècle*. Também são exemplares os trabalhos de Nicolau Sevcenko (2003), em *Orfeu extático na metrópole: São Paulo nos fermentos anos 20*; Antony Beevor (2005), em *Berlim, 1945*; ou Montaillou, a obra clássica de Emanuel Le Roy Ladurie

(1997). Sobre *Montaillou* diga-se, de passagem que o fato de Ladurie encontrar um relato metódico a respeito do cotidiano da localidade permitiu que ele a estudasse de modo robusto, apesar das dificuldades apresentadas nas documentações medievais.

Cada um desses trabalhos enfatizou uma dimensão, investigou um conjunto de eventos, empregou métodos específicos de pesquisa, mas todos eles colocaram suas respectivas cidades como protagonistas da história, como ser pleno e não apenas como um conjunto de episódios, movimentos, fenômenos, pessoas.

Hoje temos um campo de pesquisa autodenominado como história urbana, o qual ganhou dimensão e relevo a partir do último quartel do século passado. Os estudos sobre cidades proliferaram, tanto na Europa quanto nas Américas.

Diferentemente da historiografia produzida até então, na qual as cidades eram tratadas essencialmente como protagonistas, quase que animadas, ou, senão, como cenário, desprovidas de interação, os trabalhos que come-

çaram a surgir com essa renovação dos estudos das cidades primaram pela aplicação de uma história problema, distante – também – da retomada do evento, marcada pela busca dos fenômenos profundos, revelados em erupções na epiderme da história, do cotidiano (LEPETIT, 2001).

Contudo, a emergência dessa história urbana – ou de uma *nova* história urbana, como conclamou Bernard Lepetit –, se por um lado renovou o interesse e alguns procedimentos em relação ao tema, e conseguiu trazer as cidades para um campo mais interessante e menos naturalista de discussão, por outro lado manteve uma abordagem bastante conservadora no tocante aos métodos e sem se aprofundar nas camadas de análise das cidades.

Complexidade, unidade e segmentação: entre as redes e os jogos de escala

Indico três termos que, até agora, entrelaçaram as diversas obras e abordagens que observamos, no que diz respeito às

cidades: complexidade, unidade e segmentação. Três palavras que, separadamente, valeram centenas de páginas de discussão. De modo geral quero usá-las como um desenho amplo, um esboço, das operações da escrita da história em relação às cidades.

É claro que, assim como no programa de trabalho de Duby e seus companheiros franceses na obra dedicada às suas cidades, essas três dimensões estão – ou, penso, deveriam estar – alinhadas e operacionalizadas em um método mais vasto e sistemático, o qual nos levaria à compreensão das redes e dos jogos de escala. Assim, gostaria de discutir cada um desses cinco pontos: o da *complexidade*, o da *unidade*, o da *segmentação*, o das *redes* e os dos *jogos de escala*.

Vimos, no encaminhamento conceitual da obra coletiva a respeito da França urbana, a ênfase no dinamismo e no caráter multi-componencial das cidades. Apesar dos abusos que recorrentemente ocorrem no emprego e nas citações da obra do escrito italiano Italo Calvino (1993), *As cidades invisíveis*, é dele, apesar de suas pretensões serem essencialmente artísticas, a percepção aguda da dimensão caleidoscópica das cidades e de cada cidade. Em um dos

breves contos que compõem a obra, Calvino – ou Marco Polo, o narrador – se dispõe a descrever certa cidade e, ao final de descrição, conclui que, em verdade, a cidade é o todo, mas, ao mesmo tempo, ela é composta de cada esfoladura, de cada memória, relato, situação, todos latentes. Cada parte compõe a cidade, mas a cidade está em cada pequeno fragmento, em cada evento e, até, em cada memória.

Complexidade, é disso que trata o conto de Ítalo Calvino.

Concordando com ele e com os autores franceses da *História da França urbana*, devíamos considerar sempre que as cidades são entes extremamente complexos, onde a mutação é a regra, transformação de cada parte, das partes entre si e, obviamente, do todo.

Em *Orfeu estático na metrópole*, Nicolau Sevcenko (2003) trabalha nesse programa. A cidade de São Paulo, nos anos de 1920, é comparável, na interpretação do historiador, aos ritos estáticos órficos, uma explosão de sensações e emoções ancestrais, selvagens, atávicas que promovem o êxtase diante da aceleração das transformações sociais, culturais. São Paulo é uma metáfora

dos ritos órficos, assim como estes são uma metáfora da cidade, dependendo de qual seja sua referência.

A sucessão de eventos no decorrer de tão poucos anos — o bombardeio da cidade, as regatas no Tietê, os voos inaugurais, a Semana Modernista, os carnavais —, ao mesmo tempo que se somam e multiplicam (e eis Mumford indicado novamente em sua definição das funções essenciais das cidades: a mistura, a aceleração e a potencialização), trazem em si, individualmente, o desenho e a dinâmica geral da cidade.

Unidade

Apesar desse universo de manifestações, de eventos, de grupos sociais, de manifestações materiais da existência, a cidade ainda é um todo. Por mais

Por mais desafiador que seja, não deveríamos tratar das cidades apenas como palco ou cenário isolado e não interveniente na ação da história e seus atores. É comum vermos os trabalhos mais diversos que se definem a partir de uma cidade ou que as empreguem como balizamento espacial: o movimento de tal grupo social na cidade de São Paulo, os festejos, a política, o feminismo, o abolicionismo no Rio de Janeiro em período outro, e assim por diante. Em nenhum desses casos, tal como nas obras da vida cotidiana, a cidade é entendida como elemento interveniente da história, como algo a ser cotejado.

complexa que seja — e é — ela possui uma unidade, um ser.

Por mais desafiador que seja, não deveríamos tratar das cidades apenas como palco ou cenário isolado e não interveniente na ação da história e seus atores. É comum vermos os trabalhos mais diversos que se definem a partir de uma cidade ou que as empreguem como balizamento espacial: o movimento de tal grupo social na cidade de São Paulo, os festejos, a política, o feminismo, o abolicionismo no Rio de Janeiro em período outro, e assim por diante. Em nenhum desses casos,

tal como nas obras da *vida cotidiana*, a cidade é entendida como elemento interveniente da história, como algo a ser cotejado. A pergunta que resta é: se a cidade é a baliza espacial, os movimentos, as ideias, os processos, param logo

ali, na divisa, na fronteira? Deveríamos usar o marco de meia légua, no caso de nossas cidades mais antigas, para entender onde os fenômenos cessam?

Cidade não pode ser empregada como balizamento espacial, pois territorialmente não delimita nada; a delimitação se dá pelo espectro de atuação, pela mancha de influência. Excetuando temas de ordem burocrática, fiscal, administrativa – e ainda assim com ressalvas – a cidade não implica em barreiras, em muralhas. A cidade é coisa distinta do ente legal que lhe recobre, que lhe dá natureza jurídica, burocrática – o município, a administração –; a cidade é um fato cultural, não legal, embora a dimensão legal também a componha. Vale lembrar, recuperando as pesquisas em Skara Brae, Abu Hureira e Jericó, que o fenômeno urbano, o nascimento da cidade, precede a criação de seus aparatos e ferramentas administrativas e jurídicas.

Por isso, o título da obra de Le Roy Ladurie não é *a presença de doutrinas cátaras entre os moradores do vilarejo de Montaillou, na occitânia medieval*, mas sim *Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324*:

A cidade possui unidade.

Segmentação

Mas, então, a única forma, o único meio de se aproximar de qualquer evento, movimento, elemento ou fenômeno urbano é através da observância da cidade como um todo? Certamente isso demandaria toda uma vida para estudar qualquer coisa e, ainda assim, quando o trabalho tivesse se encerrado ele estaria uma vida toda atrasado.

Delimitar é uma operação inerente ao método científico. Em praticamente todas as áreas do conhecimento, a delimitação é tarefa primordial. Mas, novamente, eu diria que não é disso que estamos tratando; ou melhor, estamos empregando termos (que levam a procedimentos) equivocados.

Delimitar não é o mesmo que fragmentar ou recortar.

Quantas vezes ouvimos alguém dizer: é necessário recortar melhor seu objeto. Ora, recortar é operação de destacar, fragmentar, seccionar, cortar. Implica em separar uma parte do todo.

Mais do que uma bizantinice semânti-

ca, o termo, a palavra, insinua o procedimento, a prática. Quando dizemos que iremos recortar, recorrentemente, recortamos mesmo, destacamos de todo o resto como se ele – o resto – fosse descartável.

Novamente recorro ao exemplo de Montaillou. Ladurie certamente estava em busca de práticas heréticas no cotidiano dos moradores do pequeno vilarejo; seu tema fundamental eram as práticas religiosas, as mentalidades. Entretanto, nos relacionamentos, na ocupação do espaço, da relação com o meio, na vida material, se revelam ou se insinuem as práticas e mentalidades religiosas. Ou não era assim que o inquisidor identificava seus suspeitos?

O que Emmanuel Le Roy Ladurie fez não foi recortar seu objeto, não foi destacá-lo do todo, nem tampouco tentar abraçar a totalidade de Montaillou. O que ele fez, essencialmente, foi escolher no espaço e no tempo qual seria seu ponto de observação. O detalhe, a especificidade, não se perde no todo, nem o despreza.

É nessa chave de compreensão que a cidade pode ser entendida em sua totalidade como “documento”, nos quadros

propostos exemplarmente por Jacques Le Goff (1996). Ou seja, é artefato construído no tempo pelas sociedades, mas cuja percepção, destaque, está associada à *L'histoire de la France Urbaine* às operações da História, é parte das prerrogativas que os historiadores lançam mão em seu ofício. Obviamente que isso carrega todas as implicações do procedimento, tais como a refutação de qualquer objetividade absoluta ou neutralidade na escolha do documento.

Cidades e suas escalas

Então, se a cidade é ao mesmo tempo um objeto em si, um artefato na aceitação do termo, e um conjunto de ações, movimentos, grupos, materialidades, memórias, etc., como equalizar essas dimensões e como trabalhá-las?

A obra coletiva organizada por Jacques Revel (1998) – *Jogos de escala: a experiência da micro-análise* – oferece alguns apontamentos úteis. Diga-se, de passagem, que é nessa obra que Bernard Lepetit (2001) publica seu texto lapidar sobre a aplicação dos jogos de escala e sobre os usos – e abusos – da micro-história nos estudos urbanos.

Penso que a discussão, inclusive, a

respeito da micro-história versus a história estrutural, é posta de forma um tanto equivocada, e o caso do estudo das cidades é paradigmático a esse respeito. Quando Jacques Le Goff (2006), novamente ele, reuniu um grupo de historiadores para lançar a obra-manifesto *A história nova*, Michel Vovelle (2001) produziu um texto curto, porém fundamental, a respeito da longa duração. Desde que Braudel (2007, 1984) propôs o emprego da categoria “duração”, com suas variantes, o tema se pôs de modo insistente na historiografia francesa e em boa parte daquela de influência francesa. Recorrentemente, a discussão desaguou no embate entre adeptos e não adeptos das durações, e entre as próprias durações e seus temas preferenciais. História cultural contra história política,

história de longa duração contra a de curta. A história econômica possui ou não várias durações?

O texto de Vovelle insiste em um ponto essencial: não existe uma compartimentação das temporalidades, mas, sim, uma dialética das temporalidades. Como corolário, concluía que não existe uma

ligação umbilical entre determinado campo da ação humana — a cultura ou a política — e uma temporalidade específica; em toda e qualquer ação humana existem movimentos do tempo curto e do tempo longo. Resumidamente, o que o historiador francês disse é que os fenômenos, eventos, processos históricos estão todos em movimento, mais rápidos ou mais lentos, o tempo todo, e que eles se dão em diálogo constante uns com os outros.

Retornando ao caso

Retornando ao caso dos estudos das cidades e dos jogos de escala: não é o mesmo que deveríamos concluir? Que não se trata de isolar determinado grupo, ação, evento, movimento, nem se trata de estabelecer um enorme objeto — a cidade —, impossível de ser absolutamente captado, nem, tampouco, flagrado imóvel e pronto para ser investigado e traduzido? É na confluência desses procedimentos que chegamos a melhores resultados: não deveríamos buscar a aplicação das escalas se não levarmos junto, como método, os jogos.

dos estudos das cidades e dos jogos de escala: não é o mesmo que deveríamos concluir? Que não se trata de isolar determinado grupo, ação, evento, movimento, nem se trata de estabelecer um enorme objeto – a cidade –, impossível de ser absolutamente captado, nem, tampouco, flagrado imóvel e pronto para ser investigado e traduzido? É na confluência desses procedimentos que chegamos a melhores resultados: não deveríamos buscar a aplicação das escalas se não levarmos junto, como método, os jogos. Os melhores estudos a respeito da história das cidades e de cidades buscam – ainda que sem declarar ou nomear – aplicar esse procedimento.

Os trabalhos de Ginzburg, por exemplo, não se tratam de esmiuçar uma partícula infinitesimal de um momento na história, em um espaço restritíssimo, encapsulado em um único indivíduo. São, por outro lado, uma forma de compreender o cenário mais amplo a partir desse micro-universo, pois nas partes também reside o todo; lê-lo e interpretá-lo é a essência da arte.

Pensando em redes, trabalhando as redes

Embora o tema das redes tenha ga-

nhado destaque e tenha se difundido exponencialmente com o surgimento de novas tecnologias, mídias e plataformas, na segunda metade do século XX (hoje, falar em rede leva quase sempre à associação com as redes de computadores e usuários), o fato é que a história trabalha com esse conceito há bastante tempo.

Ao tratar do comércio, do abastecimento, do trânsito de pessoas, de ideias entre a Europa e as regiões de colonização europeia na modernidade, ou mesmo estudando os movimentos dentro das próprias colônias, os temas das trocas e das redes se impôs antes que isso se tornasse uma questão tecnológica.

Fernand Braudel (1984), em sua obra clássica *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, nos oferece um exemplo eloquente, sem que tenha tido que nomear como uma rede as relações que mapeou e estudou. Estamos falando de uma produção da década de 1940.

No Brasil, desde estudos seminais como os de Dias (2005), Novais (1995) e Buarque de Holanda (2001; 2000), até obras um tanto mais recentes como a de Lenharo (1979), já se operava com a ideia de redes.

Talvez a grande inovação seja na aplica-

ção do conceito ao tema das cidades e da construção do território (o que, obviamente, tem implicações políticas, mercantis, de mentalidade etc.). De fato, como vimos, os trabalhos sobre história urbana, ou que se debruçam sobre as cidades e seus movimentos (ainda que não se considerem ou denominem de *história urbana*), regularmente circunscrevem suas pesquisas ao espaço – incerto – da *cidade*. Muitas das vezes, como vimos, confundindo o fato cultural com a dimensão legal do urbano.

Mais do que um procedimento ou uma escolha metodológica, a tentativa de circunscrever – ou amuralhar – as pesquisas a um universo supostamente controlável da *cidade* (assim mesmo, no singular, isolada), me parece, hoje, se não exatamente um erro ou falha, certamente um elemento que empobrece a análise e a compreensão.

Considerações finais

Certamente o emprego desses proce-

dimentos ou a contemplação desses princípios – complexidade, unidade e focalização –, alinhados à observância das redes e dos jogos de escala, compõem um programa de trabalho bastante sofisticado e de difícil execução. Contudo, não é por ser difícil que se faz inexecutável. Os princípios são conciliáveis, mais do que isso, são potencializadores. Os procedimentos, a forma de pensar em redes e em jogos de escala, também não apresentam qualquer óbice à cooperação entre si, questões que poderiam invalidar ou inviabilizar o trabalho.

De minha parte, são as questões que tenho em mente o tempo todo ao me debruçar sobre os temas, os problemas que investigo; obviamente que com as condições de apresentar a melhor solução – ainda que não a ideal – que cada momento me proporciona. Mas a discussão do método e do tratamento dos objetos, dos suportes, dos documentos, deve se pautar pelo ideal; quem deve condicionar a aplicação é o conjunto de condições que a cada pesquisador e a cada momento se apresentam.

Referências

- BEEVOR, Anthony. *Berlin, 1945*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BRION, Marcel. *Viena no tempo de Mozart e Schubert*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BRYSON, Bill. *Em casa: uma breve história da vida doméstica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Campinas: Papirus, 2013.
- CHOURAQUI, André. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DUBY, Georges (Org.). *Histoire de la France urbaine*. Paris: Seuil, 1981.
- DUBY, Georges e ARRIES, Philippe, *Histoire de l'avie privée*, Paris: Seuil, 1985.
- FRIEDRICH, Otto. *Olympia, Paris no tempo dos impressionistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HARTOG, François. (1996). Regime de Historicidade. Tradução anônima do original [HARTOG, F. Time, History and the writing of History. *KVHAA Konferenser*, Estocolmo, v. 37, p. 95-113, 1997]. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. *Os antigos, o passado, o presente*. Brasília: UnB, 2003.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das Missões, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e pensamento nos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado, contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. *Por amor às cidades*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs). *História: novos objetos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

MITHEN, Steven. *Depois do gelo, uma história humana global, 20.000 – 5.000 a.C.* Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MONTET, Pierre. *O Egito no tempo de Ramsés*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MUMFORD, Lewis. *La cite à travers l'histoire*. Paris: Seuil, 1964.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

OTTO, Friedrich. *Olympia, Paris no tempo dos impressionistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PIRES, Francisco Murari. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. *Modernidades tucidideanas*: Ktema es aei. São Paulo: Edusp, 2007.

QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as serras*. São Paulo: Ateliê, 2012.

REVEL, Jacques. *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin de siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Rodrigo. Cidade-documento: as cidades como documentos para o estudo da história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 23., 2016, Assis. *Anais... Assis*: Anpuh, 2016. v. 1. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1475258018_ARQUIVO_Cidadedocumento-AnpuhRegional2016.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SISSA, Giulia; DETIENNE, Marcel. *Os deuses gregos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da Liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001a. v. 1.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. A maldição de Adão. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001b. v. 2.

TURGUENIEV, Ivan. *Pais e filhos*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 68-97.

WILHELM, Jacques. *Paris no tempo do Rei Sol, 1660-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZUMTHOR, Paul. *Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.